

SUMÁRIO

MISSÃO E OBJETIVOS DA REVISTA DOS TRIBUNAIS.....	9
EDITORIAL.....	11

DOCTRINA

CADERNO ESPECIAL – PRÁTICA TRIBUTÁRIA

Razões para não modular os efeitos da decisão do STF no Recurso Extraordinário 574.706/PR <i>Reasons for not prospective overruling of the Supreme Court decision in the Extraordinary Appeal 574,706/PR</i> CLÁUDIO TESSARI.....	29
Transparência global e as trocas de informações: o dia seguinte ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária <i>Global transparency and exchange of information: the day after the Special Regime for Monetary and Tax Regularization</i> FRANCISCO LEOCÁDIO RIBEIRO COUTINHO NETO.....	53
Imunidade tributária do PIS e da Cofins para leitores digitais na sociedade da informação <i>The range of PIS and Cofins tax immunity for digital readers</i> EMERSON PENHA MALHEIRO e PEDRO HENRIQUE ABREU BENATTO.....	83
Federalismo fiscal brasileiro e o ICMS: um problema de guerra fiscal <i>Brazilian federalism and the ICMS: a harmful tax competition problem</i> THIAGO LIMA DO NASCIMENTO e BERNARDO MENDONÇA NOBREGA.....	101
Anotações atuais sobre o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nas importações de mercadorias <i>Contemporary considerations about Industrialized Products Tax (IPI) on imported goods</i> PATRÍCIA CRISTINA ORLANDO VILLALBA.....	125
É possível a incidência do ICMS sobre operações com bens digitais? <i>Is it possible to assess the ICMS over transactions with digital goods?</i> ANA CAROLINA CARPINETTI e GABRIELA CONCA.....	149

Análise do Caso Vitória: contribuições exigidas sobre valores pagos em decorrência da prestação de serviços personalíssimos, direito de imagem, direito de arena, "luvas" e "bicho"	
<i>Examining the Vitória Case: contributions charged over amounts paid as personal services, image rights, arena rights, prizes and bonuses</i>	
RAFAEL MARCHETTI MARCONDES	169
Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS-COFINS	
<i>Exclusion of the ICMS from the PIS/Pasep and Cofins's (Taxes for Social Security Financing) tax basis</i>	
SOLON SEHN	195
As questões pendentes após a definição de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS	
<i>Pending issues after the definition of ICMS's deduction from PIS and COFINS tax base</i>	
ANDRÉA MASCITTO	219
O lançamento tributário pelo cadastro sincronizado instituído pelo SPED fiscal, utilizando a prova emprestada	
<i>The tax launching by the synchronized registration instituted by the taxed SPED, using the loan proof</i>	
ANDREIA FOGAÇA RODRIGUES MARICATO.....	241
Tributação de bens e mercadorias digitais: operacionalização promovida pelo Convênio ICMS 106/17 e normas paulistas	
<i>Taxation of digital goods and merchandise: rules provided by ICMS agreement 106/17 and by the state of São Paulo's legislation</i>	
LUCIANO GARCIA MIGUEL e TATIANA MARTINES.....	259
DIREITO CIVIL	
Uma breve introdução à cláusula geral de exceção do direito das patentes	
<i>The three-step test of patent law: an introduction</i>	
EDSON BEAS RODRIGUES JUNIOR.....	273
DIREITO CONSTITUCIONAL	
Reforma migratória brasileira: novos direitos, multiculturalismo e políticas públicas	
<i>Brazilian migration reform: new rights, multiculturalism and public policies</i>	
CLEIDE APARECIDA VITORINO.....	309

DIREITO DIGITAL

Crimes praticados no contexto dos jogos on-line

Crimes practiced in the context of online games

TARCISIO TEIXEIRA e DAVI MISKO DA SILVA ROSA 333

DIREITO DO TRABALHO

Análise comparativa entre a Portaria 1.129/17 e a nova Portaria 1.293/17 do Ministério do Trabalho: da violação de preceitos fundamentais à busca do combate ao trabalho em condições análogas à de escravo

Comparative analysis between the Ordinance 1,129/17 and the new Notice 1,293/17 of the Ministry of Labor: of the violation of fundamental precepts the search of the fight against labor in anticipated slave conditions

ROCCO ANTONIO RANGEL ROSSO NELSON, ISABEL CRISTINA AMARAL DE SOUSA ROSSO NELSON e WALKYRIA DE OLIVEIRA ROCHA TEIXEIRA 357

DIREITO INTERNACIONAL

Considerações sobre a ordem econômica mundial no limiar do século XXI à luz do Direito Internacional

Considerations towards world economic order on the threshold of the XXI century in the light of the international law

JAHYR-PHILIPPE BICHARA 379

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

A não aplicação da distribuição dinâmica do ônus da prova nas ações de infração de patente de processo

The inapplicability of the dynamic distribution of the burden of proof in lawsuits involving the infringement of patent of process

FLÁVIA BENZATTI TREMURA POLLI RODRIGUES 407

DIREITO PROCESSUAL TRABALHISTA

Cabimento dos honorários advocatícios sucumbenciais no processo de execução trabalhista: primeiras impressões

Admissibility of attorney fees in the labor enforcement procedure: first impressions

RAPHAEL MIZIARA 429

DOCTRINA ESTRANGEIRA

La fórmula estimulación/recompensa en el Derecho Administrativo Ambiental: visión desde la Administración Estratégica por los sujetos de gestión

The formulate stimulation rewards in the administrative environmental right. Vision from the strategic administration for the subjects of step

ALCIDES ANTÚNEZ SÁNCHEZ 455

PARECER

- Consultante: Pró-Saúde – Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar
 IVES GANDRA DA SILVA MARTINS e ADILSON ABREU DALLARI 493

ENTREVISTA

- Entrevista com Marcelo Annunziata
 Entrevista por KAROLINA DE ALBUQUERQUE ARAÚJO..... 517

ESPECIAL – RUMO À RT 1000

- Apresentação 525
 Tutela jurídica do meio ambiente
 ÉDIS MILARÉ..... 527

NOTAS

- O Supremo Tribunal Federal, mais uma vez, como causador da discórdia nacional
 ALENCAR FREDERICO MARGRAF..... 539
- STF – Liminar suspende regras que alteraram o local do pagamento do ISS incidente sobre os planos de saúde, leasing e operações financeiras
 JOSÉ ANTÔNIO PATROCÍNIO 545

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- IMUNIDADE TRIBUTÁRIA – IPTU – Sociedade de economia mista ocupante de bem público – Inadmissibilidade – Pessoa jurídica de direito privado, com capital na bolsa, cujo objetivo é auferir lucros e distribuir aos acionistas – Afronta ao princípio da livre concorrência se fosse estendida a imunidade a esse tipo de empresa com atividade lucrativa..... 551
- IPTU – Incidência sobre bem público cedido a pessoa jurídica de direito privado – Admissibilidade – Não cabe estender a regra de imunidade recíproca, evitando a tributação de particulares que atuam no regime da livre concorrência – Hipótese de incidência do tributo que não está limitada à propriedade do imóvel, incluindo o domínio útil e a posse do bem.
 Comentário por OSWALDO OTHON DE PONTES SARAIVA FILHO: Comentário sobre as decisões do Pleno do STF do RE-RG 594.015/SP e do RE-RG 601.720/RJ..... 605

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- RECURSO ESPECIAL REPETITIVO – Questão de ordem – Admissibilidade – Considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia, não há mais necessidade de vinculação do tema a um processo específico – Possível a revisão, neste rito procedimental, do entendimento consolidado sobre a natureza da ação penal nos crimes de lesão corporal contra a mulher em âmbito doméstico.
Comentário por ALENCAR FREDERICO MARGRAF e ANDRELIS CHRISTINE DE MEIRA: Lei Maria da Penha: uma discussão sobre a legitimidade para promover a Ação Penal 683
- RESPONSABILIDADE CIVIL – Danos material, moral e estético – Menor que dirigia carro dos pais acima da velocidade, em más condições de tempo e depois de ter ingerido bebida alcoólica, causando danos a terceiros – Responsabilidade do dono do veículo, no caso, os pais – Transportador de cortesia que incorreu em culpa grave pelos elementos acima demonstrados, devendo custear as despesas com tratamento da vítima, abalo moral e dano estético – Verbas devidas.
Comentário por REGINALDO BORASCHI e JACKSIELE DE ARAÚJO MELO: Responsabilidade objetiva dos pais e o transporte gratuito de pessoas 695
- EXECUÇÃO – Condenação judicial de natureza previdenciária contra a Fazenda Pública – Incidência de juros de mora e correção monetária na forma do art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com as alterações da Lei 11.960/2009 – Inadmissibilidade – Índices que variam a depender da natureza da condenação – Juros de mora que, antes da vigência da nova norma, aplicam-se no percentual de 1% e, após, incidem segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança – Correção monetária, ademais, que se sujeita ao INPC.
Comentário por LUIZA MASCARENHAS DAMASCENO: REsp. 1.492.221/PR. Análise do artigo 1º-F da Lei 9.494/97, com a redação dada pela Lei 11.960/09. Crédito previdenciário. Breves comentários 721

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- RESPONSABILIDADE CIVIL – Danos material e moral – Comissária de bordo que desenvolve depressão após ter trabalhado em voo no qual houve forte turbulência, causando pânico nos passageiros e na tripulação – Inexistência de culpa no acidente aéreo a resultar na doença da reclamante – Não é possível extrair do acórdão regional que a atividade exercida pela reclamada expunha seus empregados a risco acentuado – Verbas indevidas.
Comentário por CLÁUDIO VICTOR DE CASTRO FREITAS: Meio ambiente do trabalho e saúde do trabalhador 761

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA NA ÍNTEGRA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- PROPRIEDADE INDUSTRIAL – Concorrência desleal – Caracterização – Empresas que desenvolvem aplicativos de segurança para celulares – Apuração de emissão de alertas com mensagens inverídicas sobre a existência de vírus do aplicativo concorrente, denegrindo a sua imagem e induzindo os consumidores à desinstalação – Ressarcimento pelos danos materiais e morais *in re ipsa* que se impõe..... 797

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- CORRUPÇÃO DE MENORES – Caracterização – Menoridade que foi comprovada nos autos mediante a apresentação de documento de identidade civil à autoridade policial – Prova que é juridicamente idônea por ocasião da lavratura o boletim de ocorrência. 857
- PENA – Execução provisória – Admissibilidade – Não há violação do princípio da colegialidade quando o relator nega seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente ou contrário à jurisprudência dominante ou súmula do tribunal – Princípio da presunção de inocência que não é desrespeitado quando a decisão condenatória, reconhecida pelo tribunal de segundo grau, observou o contraditório e ampla defesa..... 859
- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Medida cautelar para suspensão de lei estadual que trata da presença obrigatória de farmacêutica nas empresas que transportam medicamentos – Admissibilidade – Norma que exorbitou a competência estadual, além de inovar na regulamentação sobre vigilância sanitária – Restrição, ademais, desproporcional à liberdade de iniciativa dos agentes econômicos, a quem incumbe a observância da legislação sanitária..... 861

DECISÃO MONOCRÁTICA

- INELEGIBILIDADE – Suspensão de eficácia de resolução emitida pelo Senado Federal – Admissibilidade – Independência entre as instâncias – Membro do Ministério Público do Estado de Goiás admitido antes da promulgação da CF/1988 que deve se licenciar do cargo – Risco de se frustrar por completo a análise da pretensão, uma vez que as eleições se aproximam. 864
- DENÚNCIA – Recebimento contra senador da República – Admissibilidade – Peça ministerial que está em consonância com o figurino legal, revelando a materialidade, narrando fato típico e indícios de autoria, ou seja, atendendo aos requisitos do art. 41 do CPP – Alegação de membro do Ministério Público de haver participado em procedimentos que visam gravar diálogo que não vicia o ato..... 866
- HABEAS CORPUS – Prejudicialidade de pedido de liminar para se assegurar ao paciente a liberdade ou a prisão domiciliar humanitária, em face de aventado agravamento do estado de saúde do paciente no cárcere – Ocorrência – Proposta de relator de deferir de ofício monocraticamente a prisão domiciliar do paciente..... 867

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- PENSÃO POR MORTE – Possibilidade de acordo efetuado em juízo entre a companheira do *de cujus* e a genitora deste último no sentido de dividir, em partes iguais, o valor da pensão devida – Admissibilidade – Caráter negocial do ajuste *inter partes* que produz efeitos desde que a sua efetivação não acarrete ônus ao Instituto – Desconto em favor da genitora do *de cujus* que não tem natureza de pensionamento porque inexistente suporte legal, não gerando, futuramente, qualquer direito aos terceiros dependentes.... 873
- RECURSO REPETITIVO*
- PENSÃO POR MORTE – Menor que estava sob guarda do mantenedor falecido – Admissibilidade – Princípio da absoluta prioridade à criança e adolescente prevista no art. 227 da CF/1988, além de ser imposto ao legislador ordinário a garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários do menor, bem como estímulo ao acolhimento da criança órfã ou abandonada – Alteração legislativa da Lei 8.213 que não elimina essa necessidade.... 876
- TESTAMENTO – Interpretação segundo a vontade do testador – Inadmissibilidade – Relevância nas hipóteses em que a cláusula é equívoca ou suscita dúvidas – Revogação parcial, ademais, que não se presume, dependendo de manifestação expressa posterior de que o mesmo é parcial. 880
- EMBARGOS DECLARATÓRIOS – Omissão, obscuridade ou contradição – Inocorrência – Fundamentação insuficiente ante a não demonstração objetiva dos pontos omitidos pelo acórdão recorrido, pela falta de individualização das hipóteses previstas na lei para cabimento do recurso – Incidência da Súmula 284 do STF..... 882

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª E DA 4ª REGIÃO

- MANDADO DE SEGURANÇA – Impetração contra ato administrativo infralegal de caráter normativo que exige a publicação das demonstrações financeiras de sociedade de grande porte na imprensa oficial e em jornal de grande circulação – Admissibilidade – Administrador público que não pode ampliar os termos estipulados por lei, sob violação ao princípio da legalidade – Deferimento da ordem que se impõe. 887
- SENTENÇA – Nulidade – Inocorrência – Ação civil pública – Dano ao meio ambiente – Demolição de imóvel edificado sem autorização dos órgãos competentes – Ausência de citação do cônjuge que somente é imprescindível nas ações que versem sobre direitos reais e não nas de reparação civil..... 889

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

- CONTRATO – Compromisso de compra e venda – Rescisão contratual pelo comprador por falta de condições financeiras para pagar o valor complementar do imóvel – Devolução do valor dado como parte do pagamento – Inadmissibilidade – Contrato que não prevê o direito de arrependimento, caracterizando o sinal pago como arras confirmatórias..... 895

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO

- CRIME DE TRÂNSITO – Embriaguez ao volante – Caracterização – Prova – Visível estado de embriaguez e realização de teste etilômetro positivo que comprovam a capacidade psicomotora alterada em razão da influência do álcool e são suficientes para a manutenção da condenação. 901

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO DO SUL

- DANO MORAL – Indenização – Empresa de telefonia que passa a enviar faturas contendo termo pejorativo junto ao nome do cliente – Conduta que fere o nome, a honra e a imagem gerando constrangimento – *Quantum* arbitrado, ademais, que é razoável e proporcional – Verba devida. 907

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

- DANO MORAL – Indenização – Divulgação de fotos íntimas – Acesso desautorizado em aplicativo de celular no período em que se encontrava na assistência técnica – Responsabilidade solidária de todos os fornecedores perante o consumidor – Verba devida. 911

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ

- EXECUÇÃO – Cumprimento de sentença – Obrigação de fazer – Incorporação e pagamento de percentual nos vencimentos dos servidores municipais, sob pena de multa diária – Inadmissibilidade – Múnus que não constitui, exclusivamente, uma obrigação de fazer, uma vez que envolve valores financeiros – Oneração, ademais, que acarreta risco de lesão grave e de difícil reparação aos cofres públicos. 917

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

- DIREITO AUTORAL – Violação – Inocorrência – Reprodução de obra em local público sem autorização – Uso da imagem do Cristo Redentor em todos os meios de comunicação e propaganda – Ausência de exploração econômica direta, pois a obra constitui um dos principais símbolos da cidade, fazendo parte do acervo cultural, histórico e paisagístico – Divulgação meramente ilustrativa, franqueada ao usufruto da população, que dispensa anuência prévia do detentor dos direitos patrimoniais. 921

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

- EXECUÇÃO PENAL – Insurgência contra ato do juiz que deixa de aplicar a suspensão condicional da pena sem a participação do *Parquet* – Admissibilidade, no entanto,

sem gerar efeitos jurídicos, tendo em vista que o <i>sursis</i> não se caracteriza como pena estabelecida na sentença – Posterior extinção da punibilidade, ademais, pelo integral cumprimento da pena privativa de liberdade.....	925
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	927
NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTURAL INÉDITA	937